

CONIMBRIGA



INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA



VOLUME XLII - 2003

FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Instituto de Arqueologia. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

DA AMBIGUIDADE E DA CERTEZA

“Conimbriga” XLII (2003) p. 117-128

RESUMO: Tecem-se considerações acerca do artigo de Jorge de Alarcão, atrás incluído, acentuando, de modo particular, o grande valor que detém como teorizador de questões controversas e a circunstância de, neste campo, dada a exiguidade e complexidade das fontes disponíveis, se não poderem avançar respostas peremptórias. A inscrição de Monte de S. Martinho, que recentemente se deu a conhecer, pode ser aduzida como prova cabal do que se afirma.

RÉSUMÉ: Commentaire à l'essai du Prof. Jorge de Alarcão inclus dans ce numéro de *Conimbriga*. On signale surtout son grand apport à la discussion exhaustive et consciente d'un problème historique, où la manque de sources claires et fiables se présente toujours comme la difficulté majeure pour en obtenir des réponses totalement vraisemblables. On analyse, à titre d'exemple, une intéressante inscription que vient d'être publiée, où deux interprétations diverses mènent à des conclusions entièrement opposées.

(Página deixada propositadamente em branco)

DA AMBIGUIDADE E DA CERTEZA

(UMA LEITURA QUASE CRÍTICA DE «A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS POVOS DO NOROESTE E NORTE DA PENÍNSULA IBÉRICA NAS ÉPOCAS PRÉ-ROMANA E ROMANA», DE JORGE DE ALARCÃO)

Costuma dizer-se «falta o *quase*» para afirmar não ter sido atingido o objectivo desejado. «Agradeço uma leitura crítica», escreveu-me Jorge de Alarcão, ao dar-me a ler o seu texto. E eu pus o *quase*. Ser-me-ia impossível, por mais conhecimentos que houvesse adquirido, abançar-me a comentar validamente o ensaio a que o Autor dedicou parte substancial da sua licença sabática (2002-2003, antes de se aposentar), na sequência das preocupações científicas suas dominantes nos últimos tempos.

As campanhas de S. Cucufate (1979-1985) constituíram, na prática, o último trabalho de campo de um arqueólogo que, no fundo — dá-nos hoje essa sensação — do objecto arqueológico, do sítio cedo partiu para uma reflexão filosófica, onde a hipótese, o levantar de questões assumiu papel preponderante. Absorto na leitura dos teóricos de língua inglesa e, de um modo geral, daqueles que à batida de campo, à observação do real vivido preferiram a «batida» intelectual e um real que não tem em conta fronteiras cronológicas nem conjunturais nem geográficas — Jorge de Alarcão entusiasmou-se pela construção mental, pelo pensamento. Escrever é preciso; contextualizar, urgente; descrever, fundamental. Mas... que validade atribuir a uma classificação anfórica, que interesse objectivo detém a identificação desta lareira, aqui?

Surgiram, então: «A Arqueologia e o tempo», *Conimbriga* 32-33 1993-1994 9-56; «A Arqueologia como semiologia da cultura material», *Revista de Guimarães* 105 1995 21-44; *Para uma Conciliação*

das Arqueologias, Edições Afrontamento, Porto, 1996; «O referente em Arqueologia» in *Discursos de Investidura de D. Jorge de Alarcão y D. Ramón Valdés Costa como Doutores Honoris Causa*, Universidade de Santiago de Compostela, 1996, p.11-24; «A Arqueologia Contextualista», *Máthesis* 6 1997 11-32; *A Escrita do Tempo e a Sua Verdade (Ensaio de Epistemologia da Arqueologia)*, Quarteto Editora, Coimbra, 2000.

O presente ensaio vem, a meu ver, nessa linha, na convicção plena de que, perante casos bem concretos ocorridos recentemente, o importante — como professa Sir Fred Houyle — não são as respostas, «as perguntas é que são»¹; tomar consciência das questões mais do que tentar resolvê-las. Interrogar, interrogar, interrogar! Pode ser isto, mas... se fosse aquilo? Ou, ainda, aquilo ali?

A questão abordada, muito controversa (como se viu), apresenta-se claramente definida: será possível, com base (sobretudo) nos documentos epigráficos que chegaram até nós — também, no caso vertente, escassos e de difícil interpretação — deslindarmos a organização social pré-romana?

São já da época romana esses documentos. E reside aqui a primeira grande dúvida: mesmo que os lêsemos sem dificuldade, mesmo que a nossa interpretação se nos apresentasse pejada de verosimilhança, que fidedignidade atribuir-lhes?

A questão prende-se fundamentalmente com a presença ou ausência na documentação epigráfica — designadamente funerária — da indicação da «naturalidade», entendendo esta como local de nascimento (conotação geográfica) ou como pertença a determinada «etnia» (conotação social, política ou administrativa). Nomes estranhos, a maioria das vezes de um só testemunho, apresentam-se num genitivo plural («dos...») ou acompanhados de termos como *castellum*, *centuria*, *gens*, *gentilitas*, *cognatio*...

Datáveis necessariamente dos primórdios do contacto entre romanos e indígenas, numa época em que, por isso mesmo, a aculturação era deveras incipiente, a pergunta surge, natural: esses nomes «estranhos» estão assim grafados porquê? Subjaz a essa grafia uma razão consistente, uma «ciência» adquirida ou, mui simplesmente, mera aproximação 'auditiva' em população quase iletrada — como, em feira de oca-

¹ *Génesis — A Origem do Homem e do Universo*, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1988, p. 14.

sião, a cigana, neste pleno dealbar do século XXI, escreve *tichart* em vez de *T-shirt*?... E saberiam os autóctones o significado preciso, administrativamente falando (por exemplo), do termo que ouviam empregar? A hesitação na escolha «entre termos como *gentilitas* e *cognatio*», aventada por Jorge de Alarcão, ou essa «certa indecisão ou imprecisão vocabular» que invoca podem ser disso um evidente sintoma. É, certamente, também por tal razão, dada essa aculturação insuficiente, que Jorge de Alarcão, percorrendo, em permanente interrogação, os dados disponíveis nas áreas geográficas em apreço e dissecando-os nas mais variadas perspectivas («uma cadeia de congeminções», lhe chama a dado passo), acaba por concluir (em 12.3) que «o termo *gens* não designaria, em todas as circunstâncias, o mesmo tipo de unidade» e (em 12.7) que «não se deve procurar, pois, o que não existiria, isto é, sentidos únicos para os termos *gens*, *gentilitas* e *cognatio*».

Como facilmente se depreenderá, um texto com tal extensão e profundidade suscita aliciantes controvérsias.

Por exemplo:

1. O debate em torno da concepção romana (e actual, porque não?) do termo *amici*, «os amigos» no sentido de clientela política (cf. 10.4 e 10.5).

2. A relação entre os membros de uma família (os laços de sangue), no tempo e no espaço (espaço de vida e espaço de morte — cf. 9.4)... E estamos a recordar a fisionomia evolutiva de um casal saloio — como o de Broas, em Mafra — à medida que a família cresce e se vão distinguindo as estruturas de funcionalidade «comunitária» (o lagar, o forno...) das que se prendem com a «intimidade» de cada novo ramo familiar. Jorge de Alarcão (em 12.1) preconiza, de facto, a hipótese — que também perfilho — de terem existido, na época pré-romana, «famílias alargadas», «constituídas por três gerações sob o mesmo tecto mas [que] integrariam, ao mesmo tempo, parentes que viveriam em unidades residenciais autónomas», cujos gentilícios poderiam corresponder aos nomes em genitivo plural (em *-um* e *-orum*) que surgem nas inscrições (cf. 12.5).

3. A eventual correspondência — para mim, muito discutível — entre a fertilidade do solo e as características do povoamento (versada, por exemplo, em 10.1), nomeadamente atendendo à necessidade de se dar doravante mais importância ao fenómeno transumante².

² Cf. *Los Rebaños de Gerión (Pastores y trashumancia en Iberia antigua y medieval)*, Actas reunidas e presentadas por Joaquín GÓMEZ-PANTOJA, Casa de Velázquez, Madrid, 2001.

Era totalmente impossível e, até, desaconselhável, creio, na circunstância presente, abordar sequer a maior parte desses temas; discutir, designadamente, a leitura, a interpretação e a tradução de algumas das epígrafes ou a ocorrência (ou não) de determinados antropónimos.

Trata-se, na verdade, de uma notável e abrangente visão de conjunto, fruto de muito saber acumulado, em que todos os elementos são tidos em consideração e se procura vislumbrar — por entre o emaranhado de hipóteses — a solução menos impossível.

É que ao carácter fragmentário e sempre pouco esclarecedor das epígrafes — cujo contexto arqueológico original, a maior parte das vezes, sublinhe-se, se desconhece e Jorge de Alarcão frequentemente chama a atenção para esse importante condicionalismo — acrescem dois factores ainda hoje insusceptíveis de serem balizados em regras peremptórias:

— O carácter aleatório da menção da naturalidade no quotidiano (e a quase totalidade das epígrafes de que dispomos são funerárias, logo reflexo do quotidiano e sem obediência a regras estipuladas), «subjectividade» a que Jorge de Alarcão não deixa também de se referir — cf. final de 9.4;

— a possibilidade de interpretações diversificadas.
Vamos exemplificar.

A menção da naturalidade³

a) Muitos foram os ribatejanos que, nas primeiras décadas do século XX, demandaram Cascais. Um deles chamava-se Joaquim, como tantos. «Donde és?», perguntaram-lhe. «Da Ereira», respondeu. Passou a ser o «Ereira». E Ereira é, hoje, oficialmente, o apelido da família, que consta inclusive no frontispício do jazigo do cemitério.

b) Muitos têm sido os viseenses a estudar nas universidades de Lisboa. Aquele, porém, falava mesmo à moda de Viseu e, hoje, ninguém o conhece por outro nome: é o «Viseu».

Afastar-me-ia, pois, neste âmbito, da ideia explanada por Jorge de Alarcão:

³ Acerca da epígrafe como documento de análise da proveniência dos indivíduos nela mencionados, poderá ler-se o que escrevi em *Estudos sobre Epigrafia*, Minerva, Coimbra, 1998, p. 101-109.

«A memória ou invocação de origem diferente seria nociva a tal integração» (final do ponto 8).

Tal não sucedeu minimamente nos dois casos citados e não me parece que peremptoriamente seja motivo de qualquer exclusão.

As interpretações diferentes: o caso da nova epígrafe de Castelo Branco

Foi recentemente dada a conhecer⁴ uma placa funerária incompleta, que de imediato me despertou a atenção.

Escrevia a jornalista — com base, naturalmente, em informações colhidas junto dos investigadores locais — que a inscrição dava «conta da designação latina do povo que ali habitou», acrescentando:

«Chamavam-se [sic] “Ilaesurius” e vivera no Monte de São Martinho, descobrindo-se, uma vez mais, o sentido mítico do lugar e a sua importância para as origens de Castelo Branco».

Aguardei, durante mais de um ano, que fosse feito o estudo epigráfico do monumento e será Fernando Patrício Curado que o publicará⁵.

O monumento fora, afinal, encontrado já no ano 2000, no Monte de S. Martinho, freguesia e concelho de Castelo Branco, sítio de amplos

⁴ No *Jornal do Fundão*, edição de 15 de Fevereiro de 2002, p. 6, em local assinada pela jornalista, sua correspondente em Castelo Branco, Leonor Veloso. Agradeço ao Doutor Jorge de Alarcão o ter-me dado a conhecer a reportagem e aos colegas daquele jornal a gentileza de prontamente me haverem facultado cópia da excelente fotografia que ilustrava a notícia. O original é da autoria de Fernando Patrício Curado, que deu cópia para os arquivos da Câmara Municipal de Castelo Branco, a cuja guarda o monumento se encontra.

⁵ Na edição de 24 de Abril de 2003 do jornal *Reconquista*, de Castelo Branco, p. 39, sob o título «Epigrafia latina de Castelo Branco», antecedido da recomendação «Importa dar atenção aos vestígios arqueológicos». Eu fizera, na verdade, diligências várias para que o estudo viesse a ser publicado no *Ficheiro Epigráfico* e, dado o aparente desinteresse, cheguei mesmo a enviar um artigo sobre o assunto para o *Jornal do Fundão*, que o congelou sem mais. Enviei-o tempos depois, ligeiramente adaptado ao novo destino, para o referido jornal *Reconquista*, que também me não respondeu; e, dias depois do meu envio, saiu a lume este artigo bastante completo de F. P. Curado, colaborador assíduo do *Ficheiro Epigráfico* na década de 80. Baseio-me, pois, nos dados fornecidos por F. P. Curado no que se refere a circunstâncias de achamento e medidas; os comentários subsequentes integravam o meu texto que não foi aceite pelos dois jornais.

vestígios arqueológicos, que apontam no sentido de se tratar de concorrido local de culto na época romana⁶. O proprietário dos terrenos donde se exumou o monumento, Sr. Manuel Antunes, ofereceu-o prontamente à Câmara, bem como outras epígrafes — a cujo conteúdo apenas se faz, no artigo, leve referência — com destino a um espaço museológico municipal.

Está a epígrafe gravada em «bloco granítico de grão fino, rosado, de afloramentos da região, com (39) x 89 x 35 centímetros», cujo campo epigráfico se encontra «em mau estado de conservação devido a desbastes em aproveitamentos anteriores». A sua leitura interpretada é, segundo F. P. Curado, a seguinte:

BOVTIVS PELLI · F(*ilius*) / H(*ic*) · S(*itus*) · E(*st*) · S(*it*) · T(*ibi*) ·
T(*erra*) · L(*evis*) · GENT(*ilitas*) · [IL]/AESVRIORVM [· F(*ecit*)]

“Aqui jaz Boutio, filho de Pélio: que a terra te seja leve. A genti-
lidade dos Ilaesúrios fez (este monumento)”.

Patrício Curado faz o comentário paleográfico, refere que ambos os nomes (*Pellius* e *Boutius*) se incluem na onomástica indígena com outros exemplos documentados na região. No comentário que redigira, eu anotara a esse propósito:

«De resto, a onomástica aqui presente é típica da Lusitânia romana, importa dizê-lo. E ainda que não seja ocasião de se entrar em pormenores eruditos, posso adiantar que *Boutius* (Búcio, em português) é nome assaz frequente na Hispânia: quase 90 testemunhos elevam-no a 20.º lugar entre os cognomes romanos conhecidos, sendo o 4.º nome indígena dessa série, segundo o Prof. Juan Manuel Abascal, que se refere a cada um desses testemunhos, a p. 303-304 do seu livro *Los Nombres Personales en las Inscripciones Latinas de Hispania* (Múrcia, 1994). *Pellius* constitui, por seu turno, um antropónimo mais raro, pois dele apenas se conhecem, até ao momento, meia dúzia de exemplos, todos eles nessa área geográfica, tanto do lado português como espanhol (cf. obra cit., p. 453). Como o mais habitual é aparecer em genitivo (como nome do pai), não sabemos se se deverá propor o nominativo

⁶ Cf. J. de Alarcão, *Roman Portugal*, Warminster, 1988, vol. II, fasc. 1, p. 76 (sob o n.º 4/492).

Pellius ou *Pellus*. Atendendo ao facto de haver referência ao feminino *Pellia* e ao masculino *Pellio* (Pelião) e, por outro lado, se documentar um monte *Pelius*, a inclinação para *Pellius* seria viável; mas também há a hipótese de o ligarmos a *pellis* («pele»), pois que, embora em Latim pêlo se diga *pilus*, não deixa de ser igualmente sugestiva a possibilidade de vermos em *Pellus* o antropónimo que significaria, no início, um homem peludo, tendo em conta a tendência para os nomes quererem, na verdade, tipificar as pessoas, anotando-lhes as características físicas⁷. Uma relação com *Pella*, cidade da Macedónia, poderá eventualmente ser forçada.

De qualquer modo, estamos perante um indígena, que à maneira indígena vem identificado, sendo apenas latinizados o seu nome e o do pai. Registe-se, ainda, como curiosidade, que, em Callejo (Cáceres)⁸, se regista um *Pellius Bouti filius*, enquanto aqui é um *Boutius Pelli filius...*».

Continuando, F. P. Curado sublinha:

«[...] A principal informação que este monumento nos transmite é não apenas a identificação de mais uma unidade suprafamiliar — a gentilidade dos *Ilaesuri* —, mas também o facto de ser ela própria quem manda levantar o monumento em memória de *Boutius*, um dos seus membros. [...] A não ser que possa admitir-se ser o falecido originário de região distante (galaica?), apenas integrado em grupo familiar aqui deslocado».

Na tentativa de esclarecer o caso, ímpar na epigrafia peninsular, P. Curado começa por apontar as «grandes afinidades étnico-linguísticas entre esta região lusitana e a galaica de Orense», concluindo:

«Assim, não surpreenderá que também tenha existido ali uma gentilidade homónima — a dos *Elaesurri* — a quem se vincula a divindade *Nabia*, com o epíteto *Elaesurraec(a, vel -orum)*» (CIL II 2524).

Considerando a hipótese de o etnónimo derivar do antropónimo *Elaesus*, documentado na zona, aquele investigador explica:

«Evidentemente, o nosso “Ilaessúrrio”, se não fosse daqui originário, poderia eventualmente ser um galaico migrante, o que explicaria a intervenção dos parentes da sua gentilidade na construção do monumento funerário».

⁷ CIL II 5301 (= ILER 3637=4887) é o único testemunho de *Pellus* registado.

⁸ Ricardo Hurtado de San Antonio, *Corpus Provincial de Inscriptioes Latinas* — Cáceres, Cáceres, 1977, n.º 753.

Quanto à datação, P. Curado afirma que, «pela sua tipologia e paleografia, poderá ser de meados do século I». Eu vou mais além e precisaria que o podemos datar mesmo da primeira metade desse século, atendendo à paleografia (o modo como as letras estão grafadas, nomeadamente a regularidade do O, o P que não é fechado, a leve assimetria do B em contraste com a quase rigorosa simetria do S...) e ao modo como o defunto vem identificado: um só nome mais o patronímico.

Se me demorei na análise desta interpretação, é porque a minha se situa num campo diametralmente oposto, sendo, portanto, exemplo sintomático das já referidas dificuldades que erijam a investigação destes domínios, mesmo no dealbar do século XXI e com meios tão sofisticados de observação das epígrafes como os que possuímos, a permitir-nos esmiuçar todos os pormenores.

É a pedra em causa um bloco paralelepípedo, destinado a ser incrustado, como elemento arquitectónico, em monumento funerário. Não está completo na sua parte inferior, onde — por via da reutilização numa parede qualquer — são muitas e variadas as escoriações, que impedem leitura clara do final da segunda e da terceira linhas, não nos sendo também possível saber, num primeiro relance, se outra linha existiria mais.

O texto encontra-se, porém, enquadrado lateralmente por uma singela simulação de moldura, obtida pela gravação de duas linhas verticais paralelas, o que nos permite saber que era essa a largura original da epígrafe.

Os dizeres da linha 1 (vide foto) estão perfeitamente legíveis. Na linha 2, poderá haver dúvidas em ler C ou G (quinta letra antes do fim), mas não parece observar-se a barra vertical que um G implicaria; depois do T, que é claro, teremos a metade superior de um I e o rasgo que se lhe vê ao lado poderia, mui verosimilmente, levar-se à conta da escoriação sofrida, porquanto a paginação do texto está muito perfeita (atente-se na homogeneidade da altura das letras, no seu traçado regular, no exacto alinhamento à esquerda das três linhas visíveis); no entanto, a hipótese de ser o que resta de um S esguio, pressionado pela escassez do espaço, também não é despicienda. A pedra foi quebrada oblíqua e irregularmente no seu canto inferior direito, de modo que desconhecemos que letras estariam de seguida, na linha 3, se é que existiam — embora um rasgo vertical, exactamente no alinhamento do F da linha 1, possa levar a crer que teríamos aí, por exemplo, um F, cuja barra superior estaria pouco perceptível, como o são de resto as das demais letras.

Concordo: o grande interesse e, simultaneamente, a grande incógnita da inscrição é a interpretação do final da linha 2. A mim parece-me claro que foi escrito CENTI ou CENTIS. Ou seja, a leitura CENT(*uria*) não é admissível e já vamos ver que a proposta GENT(*ilitas*) também não será de considerar. Portanto, há que interpretar o C como sendo um G (alternância que outras vezes se documenta — *Caius* e *Gaius*, por exemplo) e teremos aí uma forma da palavra *gens*, que significa, genericamente, «família».

A palavra seguinte começa no A. Discordo da interpretação de F. Patrício Curado, inclusive por motivos de paginação: uma inscrição tão bem paginada não se compadeceria com uma translineação grosseira, deixando as iniciais dum nome tão importante no final da linha anterior.

Ora, a palavra *Aesurii* lembra *Aesyros*, rio da Bitúnia — e novamente nos remeteríamos (com a *Pella*, atrás citada) para a parte oriental do Império romano; mas é também susceptível de relacionar-se com a família dos *Aesyrii*, de que temos testemunhos em Mérida⁹.

E creio estar aqui a chave para resolver o enigma: é mesmo de interpretar-se «da família dos Esúrios». Esta família estava em Mérida e um ramo dela aqui se estabeleceu e criou raízes entre a população indígena¹⁰. O facto de a indicação de que *Boutius* a ela pertence vir no final da inscrição — e nada mais haverá na pedra — detém uma significação dupla: pertence a esta família o defunto e a ela pertence também o próprio túmulo. Búcio terá sido o primeiro a nele ser sepultado; os corpos dos demais membros da família vindos para estas paragens e aqui falecidos irão, neste sepulcro, fazer-lhe companhia.

E ficam, assim, corroboradas mais uma vez as já conhecidas relações estreitas entre os emeritenses e as gentes do território da *civitas Igaeditanorum* (Idanha-a-Velha), em que Castelo Branco se integrava ao tempo dos Romanos. Recorde-se que foi um cidadão emeritense, Quinto Tálío de seu nome, que, no ano 16 a. C., ofereceu aos egítanienses um quadrante solar (*orarium*)¹¹.

⁹ *Aesyria Epithumete*, *Aesuria Epithumete* (ILER 6243 e HAE 1008); *Aesyrius Rufus* (n.º 13.277 do Museo Nacional de Arte Romano); *Esyriae Fusc[ulae]* (J. M. GARCÍA IGLÉSIAS, *Inscripciones Romanas de Augusta Emerita* (tese inédita), n.º 207).

¹⁰ Sobre a presença de onomástica de conotações gregas na população da *civitas Igaeditanorum*, tecei considerações em «Libertos no termo da Egítânia romana». *Materiais*, II série, n.º 0 (Agosto 1996), vol. 2, p. 13-19.

¹¹ Cf. a nota que incluí in *Conimbriga* 30 1991 180-181, onde estudo de novo essa epígrafe e refiro mais bibliografia.

Conclusões

A) Quanto ao primeiro caso aduzido na minha argumentação: creio que podemos dar como certo que são motivos meramente ocasionais, só detectáveis no seu contexto, os que levam alguém a ser identificado também pela sua terra de origem. Hoje, como certamente ao tempo dos Romanos.

B) Quanto ao segundo, como se vê, basta interpretar diversamente uma letra ou dar outra reconstituição do que falta (ou não) para se chegar a conclusões totalmente diferentes.

O ensaio do Prof. Jorge de Alarcão detém, portanto, o raro mérito de procurar ser exaustivo na colocação de todas — ou quase todas — as hipóteses. Abriu novas pistas, desbravou terreno nas mais diversas direcções, socorrendo-se de uma panóplia de argumentos louvavelmente interdisciplinares. Tentou romper por uma selva aparentemente impenetrável, aparentemente desprovido dos meios para o fazer e sem qualquer mapa de orientação. Inoculou noutros, seduzidos pelo mistério, a ousadia de se aventurarem por aí — como foi a minha de... apenas comentar!

EST. I

